

XX GOVERNO CONSTITUCIONAL TOMOU POSSE



Pedro Passos Coelho assina o Auto de Posse no Palácio da Ajuda, em Lisboa



XX Governo Constitucional tomou posse

O Presidente da República deu acordo à proposta da constituição do XX Governo Constitucional, liderado por Pedro Passos Coelho. O novo Governo, que integra 53 governantes, tomou posse no dia 30 de Outubro, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, é constituído por um vice-Primeiro-Ministro, mais 15 ministros, oito dos quais são estreias e, ainda, 36 secretários de Estado. O PSD considera que o XX Governo mantém o “núcleo político essencial” do anterior executivo, como sinal de estabilidade política e aposta no papel dos Assuntos Parlamentares, tendo em conta o novo quadro parlamentar. No XX Governo há oito novos ministros: João Calvão da Silva para a Administração Interna, Fernando Negrão para a Justiça, Miguel Morais Leitão para a Economia, Fernando Leal da Costa, para a Saúde, Margarida Mano, para a Educação e Ciência, Rui Melo Medeiros, para a Modernização Administrativa, Teresa Morais, para a Cultura, Igualdade e Cidadania, e Carlos Costa Neves, para os Assuntos Parlamentares. Miguel Morais Leitão, Fernando Leal da Costa e Teresa Morais já eram secretários de Estado no anterior executivo.

Além de Paulo Portas, mantêm-se em funções outros sete ministros do Governo cessante: a ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, o ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, o ministro da Presidência, e agora também e do Desenvolvimento Regional, Luís Marques Guedes, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, a ministra Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, e o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares.

Pedro Passos Coelho assumiu o compromisso de honra de desempenhar “com lealdade” as funções de Primeiro-Ministro, quatro minutos após as 12h00, na cerimónia que decorre na sala dos embaixadores do Palácio da Ajuda. Passos Coelho entrou pelas 12h03 na sala dos embaixadores, ao mesmo tempo que o presidente da Assembleia da República. O auto de posse, lido pelo secretário da Presidência da República, foi assinado por Cavaco Silva.

Os ministros realizaram também o juramento solene de cumprirem “com lealdade” as funções que lhes são confiadas pela ordem da orgânica do Governo, começando pelo vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, seguido da ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque. Depois de os ministros tomarem posse, foi a vez dos secretários de Estado e, seguindo igualmente a orgânica governamental, o primeiro secretário de Estado a tomar posse foi um estreante no executivo: Eduardo Nogueira Pinto, secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro. Os secretários de Estado terminaram os juramentos cerca das 12h40. Dos 36 secretários de Estado, 14 são novos e 22 transitam do anterior executivo.

O programa de Governo será discutido na Assembleia da República nos dias 9 e 10 de Novembro, tal como foi decidido em conferência de líderes parlamentares, no dia 28.





O XX Governo Constitucional tem a seguinte constituição:

Primeiro-Ministro
Pedro Passos Coelho

Vice-Primeiro-Ministro
Paulo Portas

Ministra de Estado e das Finanças
Maria Luís Albuquerque

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Rui Machete

Ministro da Defesa Nacional
José Pedro Aguiar-Branco

Ministro da Presidência e do Desenvolvimento Regional
Luís Marques Guedes

Ministro da Administração Interna
João Calvão da Silva

Ministro da Justiça
Fernando Negrão

Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Jorge Moreira da Silva

Ministra da Agricultura e do Mar
Assunção Cristas

Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
Pedro Mota Soares

Ministro da Economia
Luís Miguel Morais Leitão

Ministro da Saúde
Fernando Serra Leal da Costa

Ministra da Educação e Ciência
Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida

Ministro da Modernização Administrativa
Rui Pedro Costa Melo Medeiros

Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania
Maria Teresa da Silva Morais

Ministro dos Assuntos Parlamentares
Carlos Henrique da Costa Neves

Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro
Eduardo Nogueira Pinto

Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
Hélder Manuel Gomes dos Reis

Secretária de Estado do Tesouro
Isabel Castelo Branco

Secretário de Estado das Finanças
Manuel Luís Rodrigues

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
Paulo de Faria Lince Nuncio

Secretário de Estado da Administração Pública
José Maria Teixeira Leite Martins

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira

Secretário de Estado dos Assuntos Europeus
Bruno Ramos Mações

Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
José de Almeida Cesário

Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional
Mónica Sofia do Amaral Pinto Ferro

Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional
Manuel Castro Almeida

Secretário de Estado do Desporto e Juventude
Emídio Guerreiro

Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo

Secretário de Estado da Administração Interna
João Rodrigo Pinho de Almeida

Secretária de Estado da Justiça
Teresa Maria de Moura Anjinho

Secretário de Estado do Ambiente
Paulo Guilherme da Silva Lemos

Secretário de Estado da Energia
Artur Trindade

Secretário de Estado do Ordenamento, do Território e da Conservação da Natureza
Miguel de Castro Neto

Secretário de Estado Adjunto e da Agricultura
José Diogo Santiago Albuquerque

Secretário de Estado do Mar
Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos

Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-alimentar
Alexandre Nuno Vieira e Brito

Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social
Agostinho Correia Branquinho

Secretário de Estado do Emprego
Octávio Félix de Oliveira

Secretário de Estado do Turismo
Adolfo Mesquita Nunes

Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade
Eduardo Jorge do Paço Viana

Secretária de Estado da Economia
Vera Lúcia Alves Rodrigues

Secretário de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações
Miguel Martinez de Castro Pinto Luz

Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde
Manuel Ferreira Teixeira

Secretário de Estado da Saúde
Eurico Emanuel Castro Alves

Secretário de Estado do Ensino Superior e da Ciência
José Ferreira Gomes

Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
Amélia Maria Botelho de Carvalho Loureiro

Secretário de Estado do Desenvolvimento Educativo e da Administração Escolar
José Alberto de Morais Pereira Santos

Secretário de Estado Adjunto e para a Modernização Administrativa
Gonçalo Nuno da Cruz Saraiva Matias

Secretário de Estado da Administração Local
João Taborda da Gama

Secretário de Estado da Cultura
Nuno Vassallo e Silva

Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Pedro Alexandre Araújo Lomba



Perfis dos Ministros



Vice-Primeiro-Ministro – Paulo Portas

Paulo Portas nasceu em 1962. Licenciou-se em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, onde leccionou História do Pensamento Político, em 1996. Exerceu a actividade de jornalista nos periódicos “Tempo”, “A Tarde”, “Semanário” e noutros órgãos de comunicação social. Em 1988, fundou o semanário “O Independente”, do qual foi director. Fundou e dirigiu um centro de sondagens. Presidente do CDS/PP em 1998-2005 e, desde 2007, foi Deputado à Assembleia da República nas legislaturas de 1995, 1999, 2002, 2005, 2009 e 2011, tendo sido membro das Comissões Parlamentares dos Negócios Estrangeiros e de Defesa. Foi líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP de 1999 a 2001. Foi Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do actual Governo, até 24 de Julho de 2013. Foi Ministro de Estado e da Defesa Nacional nos XV e XVI Governos Constitucionais. Foi membro do Conselho de Estado (2002 a 2005), membro do Conselho Superior de Segurança Interna e membro do Conselho Superior de Defesa Nacional. Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em 2001, Deputado ao Parlamento Europeu, em 1999, e eleito Deputado à Assembleia Municipal de Arouca em 2009.

Ministra de Estado e das Finanças – Maria Luís Albuquerque

Maria Luís Albuquerque nasceu em Braga em 1967. Licenciou-se em Economia na Universidade Lusíada de Lisboa em 1991 e é mestre em Economia Monetária e Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa desde 1997. Foi técnica superior na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças entre 1996 e 1999, técnica superior do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia entre 1999 e 2001, desempenhou funções de assessora do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças em 2001, foi Directora do Departamento de Gestão Financeira da Refer entre 2001 e 2007 e coordenou o Núcleo de Emissões e Mercados do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público entre 2007 e 2011.

Foi docente na Universidade Lusíada de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão e no polo de Setúbal da Universidade Moderna entre 1991 e 2006.

Maria Luís Albuquerque foi Secretária de Estado do Tesouro e Finanças entre Junho de 2011 e Outubro de 2012 e Secretária de Estado do Tesouro entre Outubro de 2012 e Junho de 2013. Nestas funções, seguiu os assuntos do Eurogrupo e do Ecofin substituindo o então Ministro de Estado e das Finanças. Tomou posse como Ministra de Estado e das Finanças em 2 de Julho de 2013.



Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros – Rui Machete

Rui Machete nasceu em Setúbal em 1940. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e possui o curso complementar de Ciências Político-Económicas da Faculdade de Direito de Lisboa (1963), tendo obtido os prémios Calouste Gulbenkian em Ciências Histórico-Jurídicas e Político-Económicas, respectivamente em 1960 e 1962. Advogado desde 1964, foi vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados em 2005-2006. Foi também professor do Instituto de Estudos Sociais e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde regeu diversas cadeiras, tendo igualmente regido na Faculdade de Direito, como Assistente, as Cadeiras de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Ciência Política. Foi igualmente professor convidado da Universidade Católica, onde tem regido duas disciplinas de Direito Público. Foi Secretário de Estado da Emigração (1975), Ministro dos Assuntos Sociais (1976-1979), Ministro da Justiça (1983-1985), Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional (1985). Foi secretário-geral adjunto do Partido Popular Democrata (1974-1975), vice-presidente do Partido e vogal da Comissão Política Nacional. Deputado de 1985 até 1994, foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD em 1979 (tendo sido, durante esta legislatura, membro da Assembleia do Conselho da Europa, e relator-geral deste Conselho), presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano na IV e V Legislaturas, presidente das Comissões Eventuais para as II e III Revisões Constitucionais, e presidente das Delegações Parlamentares Portuguesas ao Conselho da Europa e União da Europa Ocidental. Foi responsável pela chefia dos Serviços Jurídicos da Companhia Portuguesa de Electricidade de 1969 a 1976, e assessor do Conselho de Gerência da EDP até 2006. Foi administrador do Banco de Portugal entre 1981 e 1989, vogal do Instituto Nacional de Administração de 1981 a 1983, presidente da Comissão Instaladora do Instituto de Gestão Financeira das Empresas Públicas (1983). Foi igualmente presidente da Comissão para a Elaboração do Novo Código Administrativo (1982-83). Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento desde 1985, foi presidente do seu Conselho Executivo de 1988 a 2010. Foi fundador da Fundação Oliveira Martins, desempenhando, desde o início, o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Foi presidente da Associação Portuguesa do Direito do Ambiente desde a sua fundação. Doutor “Honoris Causa” em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Portuguesa em 2007, foi também Honorary Doctoral Degree of Humane Letters atribuído pela Universidade de Massachussets, Dartmouth, em 1997. Publicou vários trabalhos da sua especialidade, entre os quais: «Contribuição para o Estudo das Relações entre o Processo Administrativo Gracioso e o Contencioso», Lisboa, 1969; «O Contencioso Administrativo», Coimbra, 1973; «Considerações sobre a dogmática administrativa no moderno Estado Social», Lisboa, 1986; «A Garantia Contenciosa para obter o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido», nº 15, Cognitio, 1987; «Estudos de Direito Público e Ciência Política», Lisboa, 1991; «Privilégio da Execução Prévia», Separata do VI Volume Dicionário Jurídico da Administração Pública, Dezembro 1994; «Sanação (do acto administrativo inválido)», Separata do VII Volume do Dicionário Jurídico da Administração Pública, 1996; «Estudos de Direito Público», Coimbra, 2004; «Conceitos Indeterminados e Restrições de Direitos Fundamentais por Via Regulamentar», in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha», 2005; «A Relevância Processual dos Vícios Procedimentais no Novo Paradigma da Justiça Administrativa Portuguesa» in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco», 2006; «A Legitimidade dos Contra-Interessados na Ações Administrativas Comuns e Especiais», in «Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Marcello Caetano», 2006; «A Legitimidade Activa dos Particulares e a Subjectivação das Normas Administrativas», in «Cadernos de Justiça Administrativa», 2011.



Ministro da Defesa Nacional – José Pedro Aguiar-Branco

José Pedro Aguiar-Branco licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1980, ano em que iniciou o exercício da advocacia na primeira sociedade de advogados constituída em Portugal. Foi Ministro da Justiça do XVI Governo Constitucional e Ministro da Defesa no XIX Governo Constitucional. Deputado à Assembleia da República desde 2005 (X e XI Legislaturas), foi membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na X Legislatura e Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na XI Legislatura. Entre Abril de 2010 a Junho de 2011 foi membro do Conselho Superior de Segurança Interna. Foi Presidente da Assembleia Municipal do Porto entre 2005 e 2009. No PSD, presidiu à Comissão de Revisão do Programa do Partido, foi coordenador do «Fórum Portugal de Verdade - Das Ideias às Políticas», realizado de Fevereiro a Maio de 2009, e Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, de Abril de 2008 a Março de 2010. Foi Secretário-Geral do Centro Unesco do Porto (1984-1985), Vice-Presidente da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses (1988-1991), vogal (1992-1995) e Presidente (2002-2004) do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, membro do Conselho Superior da Magistratura, eleito pela Assembleia da República (2000) e Vice-Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro (1999-2002).



Ministro da Presidência e do Desenvolvimento Regional – Luís Marques Guedes

Luís Marques Guedes nasceu em 1957. Licenciou-se em Direito, sendo jurista de profissão. Era Secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros do actual Governo, tendo sido Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro do XII Governo e Subsecretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro do mesmo Governo. Foi Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares no XIX Governo. Foi Deputado a partir de 1995, tendo desempenhado as funções de Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais com os Pelouros dos Departamentos Jurídico, de Polícia Municipal e de Proteção Civil e membro da Assembleia Municipal de Cascais. Foi ainda Presidente do Instituto da Juventude.

Ministro da Administração Interna – João Calvão da Silva

Com 63 anos, João Calvão da Silva foi, entre 1983 e 1985, secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro Mota Pinto no Governo formado por um acordo de incidência parlamentar entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata e presidido por Mário Soares. Especialista em direito bancário, bolsa e seguros, o novo ministro da Administração Interna foi também deputado na Assembleia da República, entre 1995 e 1999, antigo membro do Conselho Superior da Magistratura e do Conselho Superior do Ministério Público. João Calvão da Silva, autor de vários livros no âmbito do direito privado, foi igualmente presidente do conselho fiscal da TAP e administrador bancário e de seguros. A nível académico, além de catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, João Calvão da Silva é igualmente professor de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, da Universidade Politécnica de Maputo e da Faculdade de Direito da Universidade de Macau. Nascido a 20 de Fevereiro de 1952 no concelho de Montalegre, distrito de Vila Real, o novo ministro da Administração Interna é ainda membro da Academia Brasileira do Direito Civil, presidente do Instituto de Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros e árbitro no Centro de Arbitragem da Associação Comercial e Industrial de Lisboa e no Centro de Arbitragem e Mediação Câmara de Comércio Brasil.



Ministro da Justiça – Fernando Negrão

Ex-director nacional da PJ, Fernando Negrão já desempenhou funções de ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, no XVI Governo Constitucional (17 de Julho de 2004 a 12 de Março de 2005), chefiado por Pedro Santana Lopes. No anterior Governo liderado por Pedro Passos Coelho, Fernando Negrão presidiu à I Comissão parlamentar – de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - e à comissão de inquérito parlamentar à gestão do Banco Espírito Santo (BES) e do Grupo Espírito Santo (GES). Nascido em Angola em 29 de Novembro de 1955, Fernando Mimoso Negrão, licenciado em direito, foi juiz e vogal do Conselho Superior da Magistratura antes de assumir funções de director nacional da Polícia Judiciária, entre 1995 e 1999. Foi também presidente do Conselho de Administração do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, advogado e oficial da Força Aérea Portuguesa, segundo a biografia disponível na página do parlamento na internet. Nas eleições autárquicas de 2005, Fernando Negrão foi candidato do PSD à Câmara Municipal de Setúbal e foi o candidato do PSD às eleições intercalares de 2007 para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Fernando Negrão foi eleito deputado pela primeira vez em 2002, nas listas do PSD, pelo círculo de Faro, tendo sido reeleito nas legislativas de 2005 e de 2009, em que foi o cabeça-de-lista do PSD por Setúbal. Em 2001, foi eleito deputado pelo círculo de Braga. Nas eleições legislativas de 4 de Outubro, voltou a ser candidato pelo círculo de Braga, ocupando o segundo lugar da lista da coligação entre PSD e CDS-PP.



Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Jorge Moreira da Silva

Jorge Moreira da Silva tem 42 anos, é casado e tem 3 filhos. É licenciado em Engenharia Electrotécnica (área de Energia) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com uma pós-graduação em Alta Direcção de Empresas pela AESE/IESE Business School da Universidade de Navarra, sendo consultor internacional e docente universitário na área do ambiente e energia. Foi, desde Abril de 2010, Vice-Presidente do PSD. Foi Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia no XIX Governo. No Congresso do PSD, em Abril de 2012, foi eleito primeiro Vice-Presidente e coordenador da Comissão Permanente da Comissão Política Nacional do PSD. Foi, desde Outubro de 2011, fundador e Presidente do “think tank” Plataforma para o Crescimento Sustentável que integra 400 membros, repartidos por 27 grupos de trabalho. Coordenou o «Relatório para o Crescimento Sustentável - Uma visão pós-troika», publicado em Dezembro de 2012, identificando 27 desafios estratégicos e 511 recomendações para libertar o potencial de crescimento de Portugal. Foi, desde Janeiro de 2013, presidente do Grupo de Trabalho do Partido Popular Europeu (PPE) para a Energia e Alterações Climáticas. Foi, entre 2009 e 2012, director da área de Economia da Energia e das Alterações Climáticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Nova Iorque. Entre 2006 e 2009, foi: consultor do Presidente da República nas áreas da Ciência, Ambiente e Energia; consultor do Banco Europeu de Investimento (BEI), na área da Biodiversidade; conselheiro do Presidente da Comissão Europeia para as negociações internacionais sobre o regime climático pós-2012. Entre 2003 e 2005 foi Secretário de Estado da Ciência e Ensino Superior e Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território. Entre 1999 e 2003, foi Deputado ao Parlamento Europeu, sendo o Relator Permanente para as alterações climáticas. Nessa qualidade, foi relator, negociador e autor da Directiva que estabeleceu o novo Sistema Europeu de Comércio de Emissões, aprovada em 2003. Presidiu, igualmente, às delegações do Parlamento Europeu às Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas realizadas em Haia, Bona e Marraquexe e à Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo, em 2002. Entre 1995 e 1998, foi presidente da JSD. É autor dos livros «Genética Humana - a hora do Legislador» (PPE-DE, 2002) e «As Alterações Climáticas no mediterrâneo» (Instituto Cajamar, Madrid, 2003) e co-autor do «Dicionário de termos europeus» (Aletheia, 2006). Foi distinguido, em 2009, com a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República.



Ministra da Agricultura e do Mar – Assunção Cristas

Assunção Cristas nasceu em Luanda, em 1974. Licenciou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1997, e doutorou-se na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em 2005, onde exerce actividade docente. Foi consultora na sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, desde 2009, tendo anteriormente sido directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (2002-2005). No XIX Governo, até 24 de Julho de 2013, foi Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Vice-Presidente do CDS-PP desde 2009, foi Deputada à Assembleia da República na legislatura de 2009-2011 pelo distrito de Leiria, tendo sido reeleita em 2011. Foi membro da Comissão de Orçamento e Finanças e da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional e Pescas. É membro da Society of European Contract Law (Secola), da Deustch-Lusitanische Juristenvereinigung e da Associação de Juristas do Direito de Língua Portuguesa.





Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Pedro Mota Soares

Pedro Mota Soares exerceu a profissão de advogado como Associado Sénior na Nobre Guedes, Mota Soares e Associados. Após a licenciatura em Direito, fez uma pós-graduação em Direito do Trabalho, sendo assistente na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nas cadeiras de Ciência Política e Direito Constitucional I e II e Introdução ao Direito Comunitário I e II, tendo também leccionado as cadeiras de Direito Internacional Público e de Direito da Saúde e Bioética. No XIX Governo, até 24 de Julho de 2013, foi Ministro da Solidariedade e Segurança Social. Deputado na X Legislatura, foi Presidente do grupo parlamentar do CDS/PP, onde exerceu as funções de Coordenador da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, de Vice-Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura e de membro da Comissão Eventual de Revisão Constitucional e do Grupo de Trabalho da Reforma do Parlamento. Anteriormente, desempenhara as funções de Vice-Presidente do grupo parlamentar, de Coordenador do CDS/PP na Comissão Parlamentar de Saúde e Toxicoddependência e de membro da Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social. Foi Presidente da Juventude Popular entre 1996 e 1999, Secretário-Geral do CDS/PP, de 2002 a e 2005, e Vice-Presidente do CDS/PP. Foi igualmente Vice-Presidente dos Jovens Conservadores Europeus. É co-autor de “O Novo Código de Trabalho, anotado e comentado”, Áreas Editoras, 2009, e do 2º Código dos regimes contributivos do sistema previdencial de segurança social”, Coimbra Editora, 2011.

Ministro da Saúde - Fernando Leal da Costa

O novo ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, exerceu as funções de secretário de Estado e adjunto do ministro da Saúde, Paulo Macedo. Nascido em 1959, Fernando Leal da Costa é licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa. Leal da Costa é consultor de Hematologia Clínica da carreira médica hospitalar, foi chefe de serviço de Hematologia do Instituto Português de Oncologia (IPO) de Lisboa. Leal da Costa é especialista de Hematologia Clínica e de oncologia médica e fez o Programa de Alta Direcção de Instituições de Saúde da Escola de Direcção e Negócios (AESE). Segundo o portal do governo, foi membro da Comissão de Avaliação de Medicamentos do Infarmed, onde também foi avaliador de ensaios clínicos, e, entre 2001 e 2002, foi subdiretor-geral da Saúde. Entre 2003 a 2005, Fernando Leal da Costa representou Portugal nos comités directores de saúde pública e do Acordo parcial do Conselho da Europa. Foi coordenador nacional para as Doenças Oncológicas em 2005-2006 e consultor para os Assuntos da Política da Saúde na Casa Civil do Presidente da República de 2006 a 2011.



Ministra da Educação e Ciência - Margarida Mano

Margarida Mano é a nova ministra da Educação e Ciência do novo governo. É doutorada em Gestão pela Universidade de Southampton, no Reino Unido, e professora auxiliar da Faculdade de Economia na Universidade de Coimbra. Foi administradora e pró-reitora da Universidade de Coimbra e trabalhou no sector privado, com colaborações na área da consultoria, tendo desempenhado também funções na banca. No perfil publicado na página de internet da Universidade de Coimbra destacam-se como áreas de interesse científico “gestão estratégica, qualidade na administração pública e modelos de governação na educação”. Margarida Mano foi cabeça de lista do PSD por Coimbra, pelo que foi eleita deputada. Em entrevista ao jornal “Público”, em Julho, afirmou que a situação há quatro anos era muito difícil e que o equilíbrio das contas era essencial: “Mesmo não tendo uma visão economicista, esta era a única opção”. Manifestou, na altura, a convicção de que as opções do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, foram as corretas, o que a levou a aceitar o desafio político, aos 51 anos. É autora de várias publicações (livros e artigos), no âmbito da Gestão do Ensino Superior.



Ministro da Modernização Administrativa - Rui Medeiros

Nascido em Lisboa em 1963, Rui Pedro Costa Melo Medeiros é professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa desde Julho de 2004, sendo coordenador do curso de Mestrado em Direito Administrativo, Contratação Pública e Regulação. Desde Janeiro de 2013 é também director da Unidade de Investigação e Desenvolvimento de Direito da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. É também presidente da comissão de Preparação do anteprojecto do Código dos Contratos Públicos. Na mesma universidade, Rui Medeiros é professor no Instituto de Estudos Políticos desde Abril de 1999. Doutorado em Direito, no ramo de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa em 1999, Rui Medeiros é igualmente sócio do escritório de advogados Sérvulo & Associados desde a mesma data, tendo presidido à comissão de Monitorização da Reforma do arrendamento Urbano desde maio de 2013. O professor universitário e advogado foi colaborador do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira entre 1997 e 1999 e adjunto do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, entre 1991 e 1993.





Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania - Teresa Morais

Jurista, anterior secretária de Estado para a Igualdade, é a nova ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania. Teresa Morais, 56 anos, irá liderar uma área - a da Cultura - cujo ministério tinha sido extinto em 2011, quando entrou em funções o primeiro governo de Pedro Passos Coelho. Na altura, o ministério deu lugar a uma secretaria de Estado, directamente dependente do primeiro-ministro. Desde 2011, a cultura foi tutelada por Francisco José Viegas e Jorge Barreto Xavier. Formada em Direito, Teresa Morais foi secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e para Igualdade desde 2011, tendo incentivado a aplicação de medidas na área do combate à violência doméstica, como a teleassistência, a videovigilância e o apoio às casas-abrigo para vítimas. A igualdade de género tem sido outra das áreas de maior intervenção de Teresa Morais, tendo a ex-secretária de Estado trabalhado, nomeadamente, no aumento de participação de mulheres em cargos de chefia, conselhos de administração das empresas cotadas em bolsa e do sector empresarial do Estado. Na legislatura de 2009-2011, foi vice-presidente do grupo parlamentar do PSD e coordenadora das áreas da Justiça e da Igualdade, e membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias e das Comissões Eventuais de Acompanhamento da Corrupção e para a Revisão Constitucional. Foi deputada à Assembleia da República em 2002-2005, tendo sido membro das Comissões de Defesa Nacional, Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias e da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político. Foi Presidente da Subcomissão Parlamentar de Justiça e Assuntos Prisionais (2002-2005) e membro do grupo de trabalho para a Revisão do Regime Jurídico da Adopção.

Ministro dos Assuntos Parlamentares - Carlos Costa Neves

Carlos Henrique da Costa Neves, 61 anos, é um político experiente com vários cargos no currículo. Nascido em Angra do Heroísmo a 16 de Junho de 1954, ocupou pela primeira vez o cargo de ministro da Agricultura, Pescas e Florestas no XVI Governo Constitucional, liderado por Pedro Santana Lopes, entre Julho de 2004 e Março de 2005. No XV Governo, de Durão Barroso, foi secretário de Estado dos Assuntos Europeus, entre 8 de Abril de 2002 e 17 de Julho de 2004. Licenciado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa, Costa Neves, jurista, ingressou na administração pública em 1974, como Técnico Auxiliar da Função Pública. Na Região Autónoma dos Açores foi adjunto do secretário-regional dos Assuntos Sociais, entre 1976 e 1977. Nesse ano, aderiu ao PSD. Carlos Costa Neves foi líder do PSD/Açores entre 1997 e 1999 e foi também vice-presidente do PSD nacional em 1998. Na Região Autónoma dos Açores, Costa Neves foi ainda director Regional da Segurança Social entre 1977 e 1981 e membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo entre 1979 até 1981 e desde 2002. Entre 1981 e 1988 foi secretário Regional dos Assuntos Sociais. Foi eleito deputado à Assembleia Regional dos Açores entre 1980 e 1984 e na legislatura seguinte. Entre 1992 e 1994 assumiu a secretaria regional da Administração Interna. Carlos Costa Neves foi eleito deputado ao Parlamento Europeu em 1994/99 e na legislatura seguinte, até 2002. Foi candidato a Presidente do Governo Regional nas eleições regionais de 2008, contra Carlos César, que foi reeleito. Na presente legislatura foi eleito deputado pelo círculo do Porto, tendo sido eleito nas duas anteriores legislaturas pelo círculo de Castelo Branco. No seu currículo consta ainda a presidência do Conselho de Administração da SATA Air Açores, entre 1992 e 1994.



Ministro da Economia - Miguel Morais Leitão

Luís Miguel Morais Leitão, advogado que na última legislatura esteve no XIX Governo Constitucional, primeiro com os Assuntos Europeus e depois como secretário de Estado Adjunto do vice primeiro-ministro, é chamado agora a assumir o Ministério da Economia. Com 51 anos, o novo ministro da Economia foi secretário de Estado do Tesouro e Finanças de Bagão Félix no governo de coligação PSD/CDS, liderado por Pedro Santana Lopes, entre 2004 e 2005. Em 2011, Luís Miguel Gubert Morais Leitão passa a trabalhar de perto com Paulo Portas como secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus até Julho de 2013, altura em que é empossado secretário de Estado Adjunto do vice primeiro-ministro, cargo ocupado pelo líder do CDS-PP. Antes desempenhara a função de presidente da 'holding' das indústrias de defesa (Empordef), tendo tido um papel activo na privatização das OGMA (Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica), processo liderado por Paulo Portas, quando tinha a pasta da Defesa. No domínio privado desenvolveu sempre a sua actividade no sector financeiro, ligado sobretudo aos seguros e aos fundos de pensões, tendo feito grande parte do seu percurso no BPI, para onde entrou em 1989. Entre 2005 e 2008 foi director-central do BPI e depois vice-presidente do Conselho de Administração e presidente da Comissão Executiva do BPI-Gestão de Activos, BPI Vida e BPI Pensões e vice-presidente do Conselho de Administração da BPI Global Investment Fund Management Company, no Luxemburgo. Anteriormente, foi administrador de várias empresas do BPI entre 1998 e 2002, administrador da companhia de seguros Allianz Portugal, entre 1996 e 2002, e da companhia de seguros A Social, entre 1994 e 1997. Licenciado em Direito pela Universidade Católica, Miguel Morais Leitão é vogal da Comissão Executiva do CDS-PP desde 2007.

Fontes: Lusa e portal do Governo.

O Primeiro-Ministro na tomada de posse

“Sentido de compromisso”



O Governo recém-empossado terá um "sentido de compromisso e da negociação renovado e fortalecido", atendendo à conjuntura parlamentar. Pedro Passos Coelho apelou à cooperação de todas as forças políticas, cívicas, sociais e económicas. Na cerimónia de posse do XX Governo, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, dia 30, Passos Coelho dedicou o início do seu discurso à governação dos últimos quatro anos, considerando que o anterior executivo PSD/CDS-PP tinha como missão "salvar o país de um desastre económico e social de proporções inimagináveis", e "não falhou", e que soube praticar "o diálogo e o compromisso", mesmo em tempos difíceis. "Esse sentido do compromisso e da negociação será agora renovado e fortalecido, e o meu apelo ao espírito de cooperação e de construção de entendimentos estende-se a todas as forças políticas, sociais, económicas e cívicas. A conjuntura parlamentar, em que a maioria que suporta o governo é relativa, e não absoluta, apenas reforça essa necessidade. Mas ela é ditada, no princípio e no fim, pelos desafios que o país tem pela frente", acrescentou. Antes, Passos Coelho lembrou o recente período de resgate financeiro externo, afirmando que o anterior executivo enfrentou "anos duros" com "uma estratégia firme e coerente", da qual "eram muitas as vozes dentro e fora do país" que duvidavam.

"Mas nunca deixei de ter a firme convicção de que o país que sempre conheci não falharia. E não falhou. Os portugueses deram uma lição de sacrifício, moderação e esforço colectivo que tão cedo não será esquecida. Toda a Europa o sabe, e nós sabemos-lo melhor do que ninguém", considerou.

O Primeiro-Ministro elogiou o trabalho do anterior Governo e salientou o facto de este ter chegado ao fim da legislatura. "Com muito trabalho e com o sentido máximo das responsabilidades, o anterior executivo que eu liderei foi o primeiro Governo de coligação a cumprir integralmente o

seu mandato na história da democracia portuguesa".

Segundo Passos Coelho, esse "foi um governo que fechou importantes acordos na concertação social e com instituições da sociedade civil", que "esteve envolvido num intenso e difícil processo de negociação com os nossos parceiros europeus e internacionais" e que "participou activamente na discussão sobre a reforma da União Europeia e do euro". "Mesmo nestes tempos difíceis, praticámos o diálogo e o compromisso", reclamou, prometendo em seguida que "esse sentido do compromisso e da negociação será agora renovado e fortalecido", acrescentou.

"Desvios precipitados poderiam deitar tudo a perder"

Passos Coelho defendeu que Portugal está numa trajectória de crescimento da economia e do emprego, atrai investimento e recuperou a confiança, e advertiu que "desvios precipitados poderiam deitar tudo a perder". "Num contexto em que a incerteza tem um custo tão elevado, em que a confiança rapidamente se destrói e em que a competitividade facilmente se evapora, os desvios precipitados poderiam deitar tudo a perder. E seriam mais uma vez os portugueses, os mais desprotegidos e mais vulneráveis, seria uma vez mais a classe média a pagar o preço, como foi pago no passado. E isso, eu, enquanto primeiro-ministro, não permitirei que volte a acontecer", declarou Passos Coelho, na cerimónia de posse do XX Governo, no Palácio da Ajuda, em Lisboa.

Antes, o Primeiro-Ministro manifestou a ambição de "acelerar a recuperação económica que dura há já quase cinco semestres", de "consolidar a confiança e incentivar mais investimento" e de "aumentar a velocidade da criação

líquida de emprego", observando: "É um caminho estreito. E só quem sabe o caminho que é necessário trilhar pode chegar ao destino que pretende". "Dado que os condicionamentos são apertados, temos de lidar com eles, e não ignorá-los numa vertigem voluntarista", acrescentou.

Na sua intervenção, Passos Coelho sustentou que o anterior executivo lançou "os alicerces de um futuro melhor", suportado por "um enorme esforço colectivo, de todos os portugueses".

Em seguida, declarou: "A eles, e aos seus sacrifícios, todos os políticos devem respeito. Neste contexto, desprezar o esforço dos portugueses traduz-se por pôr em risco tudo o que juntos alcançámos. E isso, eu, enquanto primeiro-ministro, nunca farei".

Segundo Passos Coelho, a governação dos últimos quatro anos colocou Portugal "no caminho do crescimento económico, do investimento e do emprego", recuperou "a credibilidade e confiança externas" e resgatou "a autonomia política nacional".

"Fizemos esse caminho e recuperámos a confiança e a ambição. São activos que não podemos desperdiçar", assinalou.

Ainda referindo-se à acção do XIX Governo, Passos Coelho destacou: "Portugal tornou-se um país atractivo para o investimento externo. Virámos a situação cronicamente deficitária das nossas contas externas e agora temos excedentes persistentes todos os anos. Aumentámos as nossas exportações para níveis que nunca tínhamos registado no passado. E, apesar das dificuldades e constrangimentos financeiros, conseguimos ainda atingir resultados importantes na esfera social".

O Primeiro-Ministro apontou como exemplos a redução do abandono escolar precoce, o alargamento da rede de cuidados de saúde primários, e referiu que foi garantido um médico de família "a mais 650 mil portugueses". "E vimos melhorar os principais indicadores de saúde no país, incluindo taxa de mortalidade infantil, mortalidade prematura ou esperança de vida. Conseguimos também actualizar sempre o valor das pensões mínimas, sociais e rurais", prosseguiu Passos Coelho, concluindo: "Com estes resultados, lançámos os alicerces de um futuro melhor, e é neles que as próximas políticas devem assentar".

De acordo com o Primeiro-Ministro, "ninguém deve arriscar o bem-estar dos portugueses em nome de uma agenda ideológica ou de ambições políticas pessoais ou partidárias". "Esta é uma condição absolutamente indispensável para assegurar o nosso futuro comum com estabilidade e previsibilidade, com mais emprego e mais justiça social. Não há ilusão política que possa disfarçar este imperativo, e ninguém deve arriscar o bem-estar dos portugueses em nome de uma agenda ideológica ou de ambições políticas pessoais ou partidárias", declarou.

"A par da aceleração do crescimento da economia e do emprego, da estabilidade das contas públicas e do desendividamento do país, bem assim como de uma agenda promotora da natalidade e de inversão do declínio demográfico", o XX Governo "define duas grandes prioridades", que são "o combate às desigualdades sociais" e "uma nova fase da modernização administrativa".

O novo Governo PSD/CDS-PP tem "o encargo, com humildade, de mostrar abertura ao compromisso" que, no seu entender, deve ser assumido por todos os agentes políticos, sociais e económicos, mas "sem desvirtuar a matriz de valores que sustenta o programa sufragado pelos eleitores".

Quanto ao combate às desigualdades, Passos Coelho disse que isso "exige, por isso, uma nova geração de políticas sociais, com novas abordagens e soluções", e acrescentou que "esse é o significado político do Programa de Desenvolvimento Social" que foi apresentado em conjunto com o programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP, e que assenta numa parceria entre o Estado e as instituições particulares de solidariedade social. Relativamente à "nova fase da modernização administrativa", sem traçar medidas concretas, Passos Coelho reiterou que "desburocratizar e descentralizar serão os princípios orientadores" dessa reforma.

"No governo, seremos os agentes permanentes e incansáveis de uma política positiva, que contraria o medo com a esperança, e o cinismo com o trabalho dedicado ao serviço de todos os portugueses sem excepção. Combateremos a demagogia com o realismo, e a política negativa com a mobilização para um Portugal mais livre, mais próspero e mais solidário", declarou. E assegurou que o XX Governo "estará ao serviço de todos os portugueses, mas dará uma atenção especial aos que sentem dificuldades". "Todos devem assumir as suas responsabilidades perante os portugueses, perante a nossa história e perante o nosso futuro. Todos - na política, na sociedade civil e na economia - são chamados a cumprir o seu dever. Um dever fundamental para com os seus concidadãos, que esperam de nós que estejamos à altura das tarefas que nos aguardam".

Relativamente à "nova fase da modernização administrativa", Passos Coelho reiterou que "desburocratizar e descentralizar serão os princípios orientadores" dessa reforma. "No governo, seremos os agentes permanentes e incansáveis de uma política positiva, que contraria o medo com a esperança, e o cinismo com o trabalho dedicado ao serviço de todos os portugueses sem excepção. Combateremos a demagogia com o realismo, e a política negativa com a mobilização para um Portugal mais livre, mais próspero e mais solidário", declarou.



Discurso de Pedro Passos Coelho na sessão de tomada de posse do XX Governo Constitucional na íntegra

«Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,
Senhor Presidente do Tribunal Constitucional,
Senhores representantes das mais altas instituições e autoridades do Estado,
Ilustres convidados,

Há quatro anos assumi as funções de Primeiro-Ministro de um governo que tinha pela frente a tarefa maior de salvar o País de um desastre económico e social de proporções inimagináveis. Vivíamos tempos de emergência nacional a que era urgente responder com uma estratégia firme e coerente. Nessa altura, eram muitas as vozes dentro e fora do País que duvidavam das nossas possibilidades. No dia da minha tomada de posse disse que “vivíamos tempos difíceis e mais tormentas ainda nos aguardavam. Mas tínhamos de confrontar os nossos problemas com os olhos bem abertos e afugentar o medo paralisante.”

E foram, de facto, anos duros os que tivemos de enfrentar.

Sabíamos que estávamos a “navegar em mares nunca dantes navegados”, mas nunca deixei de ter a firme convicção de que o País que sempre conheci não falharia.

E não falhou.

Os Portugueses deram uma lição de sacrifício, moderação e esforço colectivo que tão cedo não será esquecida. Toda a Europa o sabe e nós sabemos-lo melhor do que ninguém.

Com muito trabalho e com o sentido máximo das responsabilidades, o anterior executivo que eu liderei foi o primeiro governo de coligação a cumprir integralmente o seu mandato na história da democracia portuguesa.

Foi um governo que fechou importantes acordos na concertação social e com instituições da sociedade civil.

Foi um governo que durante praticamente toda a sua vigência esteve envolvido num intenso e difícil processo de negociação com os nossos parceiros europeus e internacionais.

Foi um governo que participou activamente na discussão sobre a reforma da União Europeia e do Euro.

Mesmo nestes tempos difíceis, praticámos o diálogo e o compromisso. Esse sentido do compromisso e da negociação será agora renovado e fortalecido, e o meu apelo ao espírito de cooperação e de construção de entendimentos estende-se a todas as forças políticas, cívicas e sociais.

A conjuntura parlamentar, em que a maioria que suporta o governo é relativa, e não absoluta, apenas reforça essa necessidade. Mas ela é ditada, no princípio e no fim, pelos desafios que o País tem pela frente.

Pusemos o País no caminho do crescimento económico, do investimento e do emprego. Recuperámos a credibilidade e confiança externas e resgatámos a autonomia política nacional. Portugal tornou-se um país atractivo para o investimento externo. Virámos a situação cronicamente deficitária das nossas contas externas e agora temos excedentes persistentes todos os anos. Aumentámos as nossas exportações para níveis que nunca tínhamos registado no passado.

E apesar das dificuldades e constrangimentos financeiros, conseguimos ainda atingir resultados importantes na esfera social. Reduzimos significativamente o abandono escolar precoce, ao mesmo tempo que instituímos a escolaridade obrigatória de doze anos. Alargamos significativamente a rede de cuidados de saúde primários, garantimos médico de família a mais 650 mil Portugueses e vimos melhorar os principais indicadores de saúde no País, incluindo taxa de mortalidade infantil, mortalidade prematura ou esperança de vida. Conseguimos também actualizar sempre o valor das pensões mínimas, sociais e rurais.

Com estes resultados lançámos os alicerces de um futuro melhor e é neles que as próximas políticas devem assentar.

Tudo isto resultou de um enorme esforço colectivo, de todos os Portugueses, que em cada dia, com o seu trabalho,

com a sua coragem e com a sua moderação, levantaram de novo o seu País. A eles, e aos seus sacrifícios, todos os políticos devem respeito.

Neste contexto, desrespeitar o esforço dos Portugueses traduz-se por pôr em risco tudo o que juntos alcançámos.

E isso eu, enquanto Primeiro-Ministro, nunca farei.

Precisamos, pelo contrário, de acelerar a recuperação económica que dura há já quase 5 semestres. Precisamos de consolidar a confiança e incentivar mais investimento. Precisamos de aumentar a velocidade da criação líquida de emprego.

Na conjuntura interna que se gerou, e no contexto externo tão incerto que nos envolve, estes objectivos nacionais requerem uma política consequente, uma estratégia global e a vontade de continuar a confrontar os problemas que ainda temos pela frente.

Juntos, podemos alcançar esses objectivos e caminhar para um nível mais elevado na nossa democracia. Mas é um caminho estreito. E só quem sabe o caminho que é necessário trilhar pode chegar ao destino que pretende.

Dado que os condicionalismos são apertados, temos de lidar com eles, e não ignorá-los numa vertigem voluntarista. Mas aprendemos custosamente nestes anos que só podemos alcançar o que desejamos começando por trilhar os caminhos necessários. Fizemos esse caminho e recuperámos a confiança e a ambição. São activos que não podemos desperdiçar. Num contexto em que a incerteza tem um custo tão elevado, em que a confiança rapidamente se destrói e em que a competitividade facilmente se evapora, os desvios precipitados poderiam deitar tudo a perder.

E seriam mais uma vez os Portugueses, os mais desprotegidos e mais vulneráveis – seria uma vez mais a classe média – a pagar o preço, como foi pago no passado.

E isso eu, enquanto Primeiro-Ministro, não permitirei que volte a acontecer.

Para alcançarmos os objectivos nacionais não podemos destruir as bases que já lançámos.

Em primeiro lugar, ter contas públicas certas. Garantir que o défice em 2015 ficará abaixo dos 3 por cento e,





portanto, sair do Procedimento por Défice Excessivo, a que estamos sujeitos há vários anos. Menos défice significa mais credibilidade, mais confiança, menos dívida e, o que é muito importante, a perspectiva real de desagrevamento fiscal. Reduzir progressivamente a carga fiscal para as famílias e para as empresas tem de constituir uma prioridade política assim que a trajectória das nossas contas públicas for vista, cá dentro e lá fora, como inequivocamente segura.

Em segundo lugar, preservar os excedentes externos que conseguimos nos últimos 3 anos, reduzindo a dívida ao estrangeiro e melhorando as condições do financiamento indispensável à nossa economia. A nossa reputação internacional e o equilíbrio financeiro das famílias e das empresas também se joga aqui.

Em terceiro lugar, estabilizar e monitorizar as reformas estruturais já feitas, e iniciar um novo ciclo de reformas, tirando partido da maior flexibilidade que a autonomia política que reconquistámos nos traz. Depois do maior programa de reformas estruturais da nossa democracia, precisamos de dar tempo de consolidação a essas transformações para que possam dar todos os frutos que delas se esperam. E temos de as avaliar, para fazer os aperfeiçoamentos e correcções que possam aumentar e distribuir melhor os seus benefícios. Temos também de completar o ciclo reformista em áreas que exigem instrumentos de reforma que não estavam disponíveis num contexto de profunda crise e ajustamento orçamental.

Minhas senhoras e meus senhores,

Tendo recebido dos Portugueses um mandato claro para governar, aqui assumo hoje, na presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a responsabilidade indeclinável de respeitar essa vontade expressa pelos Portugueses.

Sem desvirtuar a matriz de valores que sustenta o programa sufragado pelos eleitores, o governo agora empossado tem ainda o encargo, com humildade, de mostrar abertura ao compromisso leal e responsável que os Portugueses também apontaram como propósito indispensável a assumir por todos os agentes políticos, sociais e económicos para a conformação das políticas públicas.

E hoje, nesta cerimónia de tomada de posse, reafirmo os princípios a que estivemos e estamos vinculados.

O meu governo será regido pelos valores da nossa democracia representativa e constitucional.

Somos fiéis ao projecto da sociedade livre e aberta, da solidariedade e da prosperidade, a que a esmagadora maioria dos Portugueses aspira e que todos merecem. Uma sociedade da dignidade da pessoa, da tolerância, do trabalho e do conhecimento; uma sociedade europeia e atlântica, porque é esse o propósito político fundamental do nosso País nos últimos 40 anos.

Seremos responsáveis perante todos os Portugueses com os seus valores comuns, que nos unem como nação, e que desejam legitimamente uma vida melhor para si, para a sua família e para o seu País.

Persistiremos no cumprimento das nossas obrigações internacionais e no exercício dos direitos e deveres que decorrem da nossa participação plena na União Europeia e na União Económica e Monetária. Esta é uma condição absolutamente indispensável para assegurar o nosso futuro comum com estabilidade e previsibilidade, com mais emprego e mais justiça social. Não há ilusão política que possa disfarçar este imperativo, e ninguém deve arriscar o bem-estar dos Portugueses em nome de uma agenda ideológica ou de ambições políticas pessoais ou partidárias.

A par da aceleração do crescimento da economia e do emprego, da estabilidade das contas públicas e do desendividamento do País, bem assim como de uma agenda promotora da natalidade e de inversão do declínio demográfico, o meu governo define duas grandes prioridades.

Em primeiro lugar, o combate às desigualdades sociais. Não há contradição entre a redução das desigualdades e o reconhecimento dos méritos. Não opomos a redução do fosso entre os mais ricos e os mais pobres à recompensa pelo trabalho e pela criatividade. Pelo contrário, é pela conciliação destes desígnios que se realiza a justiça social. Mas temos de confrontar as assimetrias sociais e territoriais, muitas vezes gritantes, que durante décadas se agravaram em Portugal. As desigualdades resultantes de privilégios injustificáveis continuarão a ser combatidas, como foram nos últimos 4 anos. É por isso que reafirmo o compromisso por uma economia aberta à participação de todos, e não apenas de alguns.

Mas queremos também que os frutos do crescimento económico e das crescentes possibilidades tecnológicas cheguem a todos, segundo a grande promessa democrática da mobilidade social. Isso implica quebrar os ciclos de pobreza e integrar todos numa mesma sociedade de oportunidades. Supõe a transmissão de qualificações reais para os nossos jovens, para que possam trabalhar, encontrar

satisfação no seu trabalho e competir na economia global de igual para igual. Exige, por isso, uma nova geração de políticas sociais, com novas abordagens e soluções. Esse é o significado político do Programa de Desenvolvimento Social que iremos implementar.

Em segundo lugar, vamos iniciar uma nova fase da modernização administrativa. Queremos remover os obstáculos que ainda subsistem aos cidadãos, aos empreendedores e aos inovadores. Desburocratizar e descentralizar serão os princípios orientadores para levarmos mais longe a simplificação, a transparência e a eficiência das instituições públicas. Temos de reconhecer que há estruturas, práticas e procedimentos que já não se ajustam aos novos tempos. Com o apoio das tecnologias e com novas ideias, queremos facilitar a vida aos empreendedores, e não penalizá-los. Queremos acelerar os investimentos, e não atrasá-los. É o cidadão que deve estar no centro das políticas públicas e é o Estado que deve organizar-se em função do cidadão. Queremos libertar as iniciativas individuais e colectivas, e não sufocá-las. Queremos, em suma, pôr o Estado ao serviço dos cidadãos, e não os cidadãos ao serviço do Estado.

No governo, seremos os agentes permanentes e incansáveis de uma política positiva, que contraria o medo com a esperança, e o cinismo com o trabalho dedicado ao serviço de todos os Portugueses sem excepção. Combateremos a demagogia com o realismo, e a política negativa com a mobilização para um Portugal mais livre, mais próspero e mais solidário.

Este governo estará ao serviço de todos os Portugueses, mas dará uma atenção especial aos que sentem dificuldades, aos que querem melhorar a sua vida, que querem preparar o seu futuro, que aguardam por mais e melhores oportunidades, aos que trabalham e querem ser justamente reconhecidos pelo seu esforço, aos que inovam contra todas as resistências, aos que não estão protegidos por privilégios que não têm justificação.

Todos devem assumir as suas responsabilidades perante os Portugueses, perante a nossa história e perante o nosso futuro. Todos - na política, na sociedade civil e na economia - são chamados a cumprir o seu dever. Um dever fundamental para com os seus concidadãos, que esperam de nós que estejamos à altura das tarefas que nos aguardam.

Muito obrigado.»



Novo governo reuniu-se pela primeira vez em Conselho de Ministros

Depois de tomar posse no Palácio da Ajuda, o Executivo reuniu-se pela primeira vez em Conselho de Ministros, na sexta-feira durante a tarde. A reunião durou cerca de duas horas e não houve “briefing” no final.

Em comunicado divulgado ao final da tarde, o Governo informou que “o Conselho de Ministros esteve reunido para preparação da proposta do Programa do Governo a apresentar à Assembleia da República”.

O programa do novo Governo será apresentado no Parlamento nos dias 9 e 10 de Novembro de 2015.



Um executivo de acção para “todas as áreas sociais”



O PSD considera que o XX Governo mantém o “núcleo político essencial” do anterior executivo, como sinal de estabilidade de políticas, e aposta no papel dos Assuntos Parlamentares, tendo em conta o novo quadro parlamentar. Esta posição foi transmitida pelo coordenador permanente do PSD, Marco António Costa, numa declaração, na sede nacional dos sociais-democratas, em Lisboa, a meio de uma reunião do órgão de direcção mais restrito do PSD, a Comissão Política Permanente. “Por isso, o PSD congratula-se com o Governo que foi anunciado e, acima de tudo, está esperançado que seja possível prestar um serviço ao país, garantindo esta linha de continuidade de recuperação da nossa economia, do emprego, do desenvolvimento social que o país tem vivido e que, seguramente, continuará a viver nos próximos tempos”, afirmou o porta-voz do PSD.

No dia 22, depois de ter ouvido os partidos com representação parlamentar, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, indigitou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, como Primeiro-Ministro, na qualidade de líder do maior partido da coligação Portugal à Frente, que venceu as eleições legislativas de 4 de Outubro.

De acordo com Marco António Costa, merece destaque “a circunstância de este Governo preservar o seu núcleo político essencial, garantindo uma segurança aos portugueses quanto à condução e à estabilidade das políticas fundamentais que importa garantir para o futuro do país”.

Na declaração que fez sobre o novo elenco governativo, o porta-voz do PSD elogiou a “grande celeridade” com que este foi apresentado, e descreveu-o como “um Governo de amplo fôlego político, que capta personalidades altamente respeitáveis, com experiência política, mas com

carreiras profissionais e académicas de grande relevância”.

O social-democrata salientou a criação do Ministério da Modernização Administrativa, que “tudo tem a ver com a reforma do Estado”, do Ministério da Cultura, Igualdade e Cidadania, apontando-o como uma “clara aposta na valorização destas áreas”, e a autonomização dos Assuntos Parlamentares, que na anterior legislatura estavam integrados no Ministério da Presidência.

Segundo Marco António Costa, é feita uma “aposta no papel dos Assuntos Parlamentares”, tendo como ministro o açoriano Carlos Costa Neves, “atendendo à composição da Assembleia da República”, na qual PSD e CDS-PP deixaram de ter maioria absoluta, somando agora 107 deputados, contra 123 dos restantes partidos.

O vice-presidente e porta-voz do PSD considerou ainda que é dado “um papel fundamental na acção futura deste Governo” a “todas as áreas sociais”.

Divergências entre PS e PCP

O porta-voz do PSD aponta as diferenças que dividem socialistas e comunistas relativamente ao Tratado Orçamental, e afirmou que ainda há tempo para o diálogo e o compromisso de sociais-democratas e centristas com o PS. “Ontem ouvi a entrevista do senhor deputado Jerónimo de Sousa e fiquei com a plena convicção que aquilo que o PS aprovou no parlamento no Tratado Orçamental o PCP parece não estar com vontade de o cumprir”, afirmou Marco António Costa aos jornalistas à saída da tomada de posse do XX Governo Constitucional, liderado pelo social-democrata Pedro Passos Coelho.

O vice-presidente do PSD, sublinhando falar em nome do partido, declarou que as possibilidades de diálogo com o PS não estão esgotadas: “Julgo que ainda estamos no tempo de falar em diálogo, em compromisso e na construção de soluções entre aqueles que comungam do mesmo espaço político sob o ponto de vista dos grandes objectivos nacionais”.

“É verdade ou mentira que o Tratado Orçamental, o Tratado de Lisboa, os grandes objectivos europeus foram sempre aprovados pelo PSD, PS e CDS? Estes três partidos e os seus deputados - são eles que são chamados a pronunciarem-se pelo voto na Assembleia da República - deram o seu voto para que Portugal entrasse num determinado caminho de coerência e, sobretudo, que subcrevesse um conjunto de tratados com os quais estamos comprometidos”, argumentou.

“Aquilo que importa saber é se há políticos que querem rasgar esses compromissos, querem abandonar esses compromissos, e colocar em causa Portugal e o esforço que os portugueses fizeram”, defendeu.

Reiterando que, “em democracia, há sempre espaço para o diálogo”, Marco António Costa disse que “há muitos pontos de contacto” com o PS e que os portugueses esperam que PSD e CDS se entendam com os socialistas.

Marco António Costa sublinhou que o Presidente da República deixou “um apelo para que os políticos estejam à altura das responsabilidades que recaem sobre os ombros de todos os responsáveis políticos no sentido de não fazer sentido regredir Portugal, que era um país com muitas dificuldades em que os portugueses tiveram de fazer muitos sacrifícios para vencer essas dificuldades”.

Posição do PCP e BE sobre orçamento da União Europeia “desmascara” a esquerda

O eurodeputado social-democrata José Manuel Fernandes, responsável pela posição do Parlamento Europeu sobre o orçamento comunitário, considera que uma proposta de emenda subscrita pelos deputados do PCP e BE prova que “andam a enganar os portugueses”. Em causa está uma proposta de emenda a uma resolução sobre o orçamento da União Europeia para 2016 que vai ser votada na quarta-feira no hemiciclo de Estrasburgo, subscrita por 17 eurodeputados do Grupo da Esquerda Unitária, incluindo os três eurodeputados do PCP, João Ferreira, Inês Zuver e Miguel Viegas, e a eurodeputada do Bloco de Esquerda, Marisa Matias, no sentido da rejeição do Tratado de Estabilidade Orçamental, da governação económica e do Pacto para o euro mais. “Esta proposta destrói a credibilidade e a confiança de Portugal junto das instituições europeias e dos mercados financeiros. Serve no entanto para desmascarar o PS/BE/PCP e provar que andam a enganar os portugueses”, argumenta José Manuel Fernandes, relator do PE para o orçamento da UE para o próximo ano.

De acordo com o eurodeputado do PSD, “fica claro que PCP e BE, ao contrário do que afirmam em Lisboa, não mudaram e são contra o tratado de estabilidade orçamental, a governação económica e o euro”, condições necessárias para permanecer na zona euro.

Na proposta de alteração à proposta de resolução da comissão parlamentar dos Orçamentos, os deputados do GUE defendem a introdução de um parágrafo a indicar que a assembleia “rejeita o Tratado de Estabilidade Orçamental, a Governação Económica e o Pacto para o Euro Mais, que se baseiam na adopção de mais medidas de austeridade e na sua perpetuação a nível tanto da União como dos Estados-membros e que agravarão a actual crise económica e social, em particular nos países que se encontram numa situação económica e social mais difícil”.

José Manuel Fernandes defende proposta orçamental “realista, responsável e credível”. A criação de emprego é a prioridade central da proposta de orçamento geral da União Europeia para 2016 aprovada no Parlamento Europeu, com 434 votos a favor, 185 contra e 80 abstenções.

A par das medidas de apoio ao desenvolvimento económico – com especial incidência no reforço da competitividade da economia através do que designa por 3 E(s), Emprego, Empresas, Empreendedorismo –, José Manuel Fernandes realça o reforço de dotações para a coesão e solidariedade interna e para uma efectiva solidariedade externa, nomeadamente para a resolução da crise migratória e o acolhimento de refugiados.

Num orçamento com uma dotação de 157,4 mil milhões de euros em autorizações e de 146,5 mil milhões de euros em pagamentos, José Manuel Fernandes sublinha ainda os apoios aos agricultores, em especial os produtores de leite, e a defesa dos recursos financeiros para o programa de investigação e inovação Horizonte 2020.

“Este é um orçamento em que 94% é para investimento, sendo apenas 6% para despesas administrativas. É de importância vital para que a União Europeia possa cumprir com os compromissos assumidos com os cidadãos, nomeadamente na estratégia Europa 2020 e no Quadro Financeiro Plurianual, e responder aos desafios que a União enfrenta”, afirma o eurodeputado, valorizando “a defesa da coesão económica, social e territorial na União Europeia, que deve ter como desígnio o crescimento inteligente e sustentável”.

Emprego, Empresas, Empreendedorismo

Para a concretização da prioridade do emprego, José



Manuel Fernandes reconhece a necessidade de “esforços substancialmente maiores para colmatar as lacunas da economia da União”. Nesse sentido, defende, na resolução aprovada no Parlamento Europeu para o orçamento de 2016, “o aumento da competitividade e ambiente mais favorável ao desenvolvimento das empresas, sempre tendo em vista a promoção e a criação do emprego digno e de qualidade em toda a União, ou seja, a prioridade dos três ‘E’s”.

Nesta estratégia, é destacado claramente “o papel fundamental desempenhado pelas micro, pequenas e médias empresas e pelas empresas sociais”.

Nesse sentido, o orçamento da UE deve contemplar – de acordo com o relator – o reforço do programa COSME em 16,5 milhões de euros, considerando a importância do programa para as PME e a insuficiência das suas dotações para corresponder à procura por parte das empresas.

Também porque “os recursos disponíveis não são suficientes para cobrir a importante procura dos participantes”, é feito o apelo para “um importante reforço das dotações do programa Erasmus para jovens empresários”.

Propõe igualmente novas autorizações para 2016 a favor da continuação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), o que representa um aumento de 473,2 milhões de euros para 2016 – uma vez que a dotação financeira deste programa havia sido inteiramente antecipada nos anos 2014-2015.

“O IEJ tem assumido um importante contributo para a luta contra o desemprego, pelo que se impõe evitar um défice de financiamento na sua aplicação”, justifica José Manuel Fernandes.

Reposição no Horizonte 2020 e no Mecanismo Interligar a Europa

Sublinhando a necessidade de estimular o crescimento económico a favor do emprego, o Parlamento Europeu recusa os cortes propostos pelo Conselho para os programas Horizonte 2020 e Mecanismo Interligar a Europa

(MIE) – já atingidos pelas reafectações a favor do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como Plano Juncker.

Sem pôr em causa o apoio “político e financeiro” ao FEIE, José Manuel Fernandes defende que o compromisso de “minimizar, tanto quanto possível”, os impactos no Horizonte 2020 e no MIE deve ser cumprido, repondo por inteiro em 2016 os cortes de 1.326 milhões de euros nos dois programas.

Reforço de verbas para resolver crise migratória

Tendo em vista a resolução da crise migratória na UE, o orçamento deverá assumir um reforço de 1.161 milhões de euros, tanto na categoria 3 (Segurança e Cidadania), como na categoria 4 (Europa Global).

“A União enfrenta actualmente uma crise migratória e de refugiados sem precedentes, que deve ser combatida numa perspectiva interna e externa. A dignidade humana é inviolável e inalienável. É uma crise extraordinária que exige montantes adicionais. É necessário receber bem os refugiados e procurar a sua integração. Mas, por outro lado, temos de ter uma atitude preventiva actuando nos territórios que são a fonte e a origem dos problemas”, refere José Manuel Fernandes, em defesa do reforço dos montantes para fundos, instrumentos, programas e agências relacionados com este problema.

Apoio de emergência para agricultores

Outra resposta urgente que se exige da União Europeia é relativa à actual crise que os agricultores europeus enfrentam, nomeadamente no sector dos laticínios.

O orçamento comunitário aprovado pelos eurodeputados consagra um pacote de apoio de emergência de 500 milhões de euros de ajuda aos produtores agrícolas, afectados pelas quedas dos preços, pelo embargo russo e pelo excesso de produção resultante da abolição das quotas leiteiras. Este montante deverá servir ainda para apoiar o sector do leite na conquista de novos mercados.

Pedro Pinto foi eleito presidente do Conselho de Administração do Parlamento

Na quarta-feira, 28 de Outubro, decorreu, na Assembleia da República, a eleição da Mesa da Assembleia e do Conselho de Administração. O Parlamento elegeu José Matos Correia, do PSD, para vice-Presidente da Assembleia. Pedro Pinto é o novo presidente do Conselho de Administração. Duarte Pacheco continuará como secretário, e Pedro Alves e Emília Santos serão vice-secretários.

O Conselho de Administração é constituído por um máximo de sete deputados, em representação dos sete maiores grupos parlamentares, pelo secretário-geral da Assembleia da República e por um representante dos funcionários parlamentares, sendo presidido pelo deputado representante do maior grupo parlamentar - que nesta legislatura é o PSD, que tem 89 deputados.

A Mesa da Assembleia é composta pelo presidente da Assembleia, que é eleito na primeira reunião plenária da legislatura, e por quatro vice-presidentes, quatro secretários e quatro vice-secretários, que são eleitos por sufrágio de lista completa e nominativa.

Cada um dos quatro maiores grupos parlamentares propõe um vice-presidente e, tendo um décimo ou mais do número de deputados, pelo menos um secretário e um vice-secretário. Consideram-se eleitos os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos deputados em efectividade de funções.



Inauguração da sede do PSD de Alfândega da Fé

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, esteve no dia 31 de Outubro de 2015, na inauguração da sede do PSD de Alfândega da Fé, distrito de Bragança.



Prémio “Europeu do Ano” é dedicado aos “11 milhões que vivem em Portugal”



O prémio “Europeu do Ano” é dedicado “às 11 milhões de pessoas que vivem em Portugal” pelo êxito do país na saída do programa de assistência financeira, comentou o comissário europeu para a economia digital. Günther Öttinger falava durante a entrega do galardão Golden Victoria Europa, que decorreu em Berlim.

Portugal conseguiu “encontrar o caminho para mais emprego e competitividade”, afirmou o comissário europeu para a Economia e Sociedade Digitais, acrescentando

que o prémio é também um pedido aos portugueses para que “possam manter uma estabilidade” política, económica e financeira, “sem oscilações”.

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros português, Rui Machete, considerou que, independentemente de quem vier a governar o país, o prémio “traz uma grande responsabilidade para Portugal” e o dever de o próximo governo “manter o rumo”.

Rui Machete destacou o auxílio prestado pela Alemanha mas recordou que Portugal cumpriu com as suas obrigações. “Também cumprimos com o que nos foi pedido e ajudamos a Alemanha a justificar o seu papel de liderança”, sublinhou.

O galardão simboliza “o reconhecimento de um percurso de sucesso” no contexto europeu “assente na coragem, determinação e espírito de sacrifício do povo português”, disse o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros portugueses.

Rui Machete, que discursou em alemão, frisou que a Alemanha e Portugal partilham, não só uma “convicção europeísta”, mas também uma “relação de grande proximidade”, potenciada pela cooperação económica, financeira e cultural.

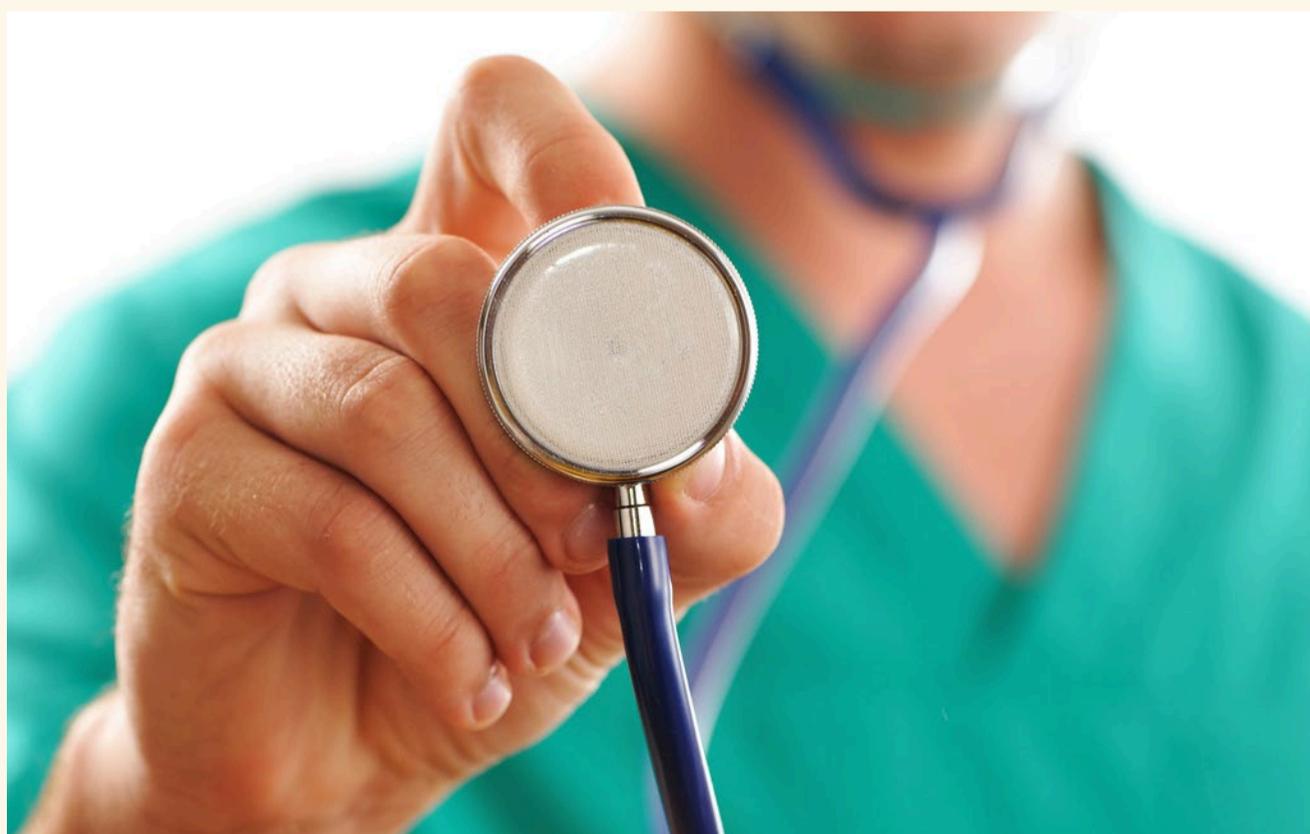
“O português é actualmente a terceira língua mais falada a nível mundial” mencionou Rui Machete, acrescentando que a língua portuguesa tem permitido aos investidores alemães “acesso a importantes mercados lusófonos, como o Brasil, Angola e Moçambique”.

O Prémio Golden Victoria Europa 2015, considerado o maior galardão alemão na área dos “media”, é oferecido pela associação VDZ, que representa mais de 400 editores e seis mil publicações na Alemanha e a nível internacional.

Esta distinção foi atribuída em 2014 à Estónia, Letónia e Lituânia e já também distinguiu o ex-presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso, o Primeiro-Ministro irlandês Enda Kenny, e o ex-chefe do Governo polaco Donald Tusk.

SNS contrata cerca de 2200 novos enfermeiros

O Ministério da Saúde anunciou que nos últimos quatro anos foram contratados ou abertos concursos para mais de cinco mil enfermeiros para o Serviço Nacional de Saúde. “Em menos de um ano, o Ministério da Saúde (...) atribuiu autorizações a 2.203 pedidos de contratação de enfermeiros pelos hospitais do sector empresarial do Estado”, refere uma nota da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Num comunicado emitido dia 30, no último dia de mandato do ministro Paulo Macedo, a ACSS recorda ainda que em 2014 foram contratados mil enfermeiros e outros 579 em 2013. “A ACSS deu também sequência a vários concursos de recrutamento de profissionais de enfermagem para o Serviço Nacional de Saúde, num total de 1.750 vagas, tendo sido desenvolvido o concurso de 750 vagas de 2012 e, já este ano, foi aberto novo concurso para mais 100 vagas”, indica o comunicado.



Desemprego recua para valor mais baixo na zona euro desde Janeiro de 2012

A taxa de desemprego na zona euro atingiu em Setembro o valor mais baixo desde Janeiro de 2012, ao fixar-se nos 10,8%, contra 10,9% no mês anterior e 11,5% em Setembro de 2014, revelou o Eurostat. Os dados do gabinete oficial de estatísticas da União Europeia (UE) revelam ainda que a taxa de desemprego no conjunto da União a 28 recuou igualmente 0,1 pontos percentuais face ao mês anterior, ao cair de 9,4% em agosto para 9,3% em Setembro, que é por seu turno o valor mais baixo desde Setembro de 2009 (em Setembro de 2014 era de 10,1%). Em Portugal, tal como anunciou o Instituto Nacional de Estatística na sua estimativa provisória, a taxa de desemprego terá igualmente recuado uma décima, em linha com a tendência verificada tanto na zona euro como na UE, ao descer em Setembro para 12,2% (contra 13,4% um ano antes, em Setembro de 2014). Em Portugal, a taxa de desemprego homóloga entre os trabalhadores com menos de 25 anos baixou em Setembro para os 31,2%, face aos 32,8% em Setembro de 2014.

Produção industrial acelera em Setembro

A produção das indústrias portuguesas cresceu 3,8% em Setembro, em termos homólogos, pelo quinto mês consecutivo. A energia foi o sector que mais impulsionou, com um crescimento de 11,4% face a Setembro de 2014. Este foi o quinto mês consecutivo de subidas homólogas,

e aquele que apresentou a variação mais expressiva. Em Agosto, o índice que mede a produção industrial subiu 1,2% face ao mesmo mês de 2014, pelo que o ritmo de crescimento acelerou em Setembro. Esta subida foi impulsionada sobretudo pelo sector da energia, que apresentou

um crescimento homólogo de 11,4%, o que compara com a subida de 7,3%, no mês anterior. Já os bens de consumo e os bens intermédios registaram aumentos de 3,8% e 3%, respectivamente.



Duarte Freitas analisa Plano e Orçamento com açorianos

O presidente do PSD/Açores concluiu dia 29, no Pico, um périplo, iniciado no dia 13, na Ilha Graciosa, para ouvir os açorianos de todas as ilhas sobre o Plano e Orçamento para 2016, e que percorreu as nove ilhas da região. Duarte Freitas, que já tinha efectuado este trabalho de proximidade em 2014, referiu que “este ano, foi notória uma maior apetência dos cidadãos para participarem e apresentarem as suas posições, num espírito de cidadania, que temos de sublinhar”.

O líder social-democrata regional considerou que, “após reunirmos com centenas de pessoas, estou certo de que este processo de auscultação foi determinante para guiar a nossa abordagem política ao Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores”, referiu.

Para Duarte Freitas, “em ilhas dispersas e comunidades pequenas, é fundamental ter a capacidade de, olhos nos olhos, estar com os cidadãos, dando expressão a um diálogo que fundamenta a política em que se deve sustentar a Autonomia, isto é, a governação dos açorianos pelos açorianos”.

Segundo referiu, as preocupações mais frequentes, “que nos foram transmitidas ao longo destas semanas”, prendem-se “com a falta de emprego, a dificuldade no acesso aos

cuidados de saúde, nomeadamente as listas de espera para consultas e cirurgias, assim como a difícil situação que atravessa a lavoura açoriana”, explicou. “Encontramos mais gente e tivemos mais contributos. Isso revela as preocupações existentes face ao futuro da região”, avançou Duarte Freitas, lamentando “que não tenhamos, em 2016, um Plano Regional de Investimentos Participativo, como propusemos mas, na sua impossibilidade, o trabalho do PSD/Açores resultará num plano de investimentos verdadeiramente participado pelos açorianos”, garantiu. “Ainda não foi desta que os açorianos tiveram essa oportunidade de contribuir directamente para as opções do Plano e Orçamento, porque o governo regional e o PS não quiseram, mas não desistimos. E as propostas que o PSD/Açores vai apresentar serão fruto do que nos transmitiram as forças vivas de cada uma das nove ilhas”, disse.

O presidente do PSD/Açores reforçou que o partido “quer ser o porta-voz dos anseios e dos objectivos dos açorianos para 2016. Sendo o Orçamento regional essencial para a nossa economia ouvimos, e continuaremos a ouvir, as famílias, as empresas e as instituições açorianas sobre o destino a dar aos dinheiros públicos na região”, concluiu.



Estatuto do pessoal docente reconhece erros do governo regional



O PSD/Açores acusou o governo regional de ter demorado seis anos “a aprovar uma carreira docente semelhante à que existe no resto do país”, frisando que “falta, como em tantas outras áreas da governação, uma estratégia para a Educação nos Açores”, declarou o deputado Joaquim Machado. De acordo com o social-democrata, a proposta de estatuto do pessoal docente em votação na Assembleia Legislativa “reconhece os erros em que o PS e os seus governos persistiram, nos últimos 20 anos. Insensíveis às denúncias da oposição, à reclamação dos docentes e sobretudo às consequências dessas políticas no sistema educativo regional”, referiu. “Mas convém dizer que este diploma não tem

a candura que o governo lhe atribuiu”, avança o deputado, lembrando que “a não existência da prova de avaliação de competências e conhecimentos para o ingresso na profissão é uma mera casualidade panfletária, pois deve-se essencialmente à não abertura de vagas nos quadros de escola nos Açores, devido ao incumprimento de orientações da União Europeia sobre trabalho precário”, explicou.

Para Joaquim Machado, “nem a circunstância de um novo titular do sector alterou o estado ziguezagueante e de permanente improvisação, vai para 20 anos da política educativa dos Açores. Afinal, remendo novo em pano velho não adianta grande coisa”.

O deputado realça que “se o estatuto aprovado servir para acabar parte da burocracia, que afasta os professores da sua verdadeira missão profissional que é ensinar, esse será um sinal positivo. E o mesmo se diz da redução do número de alunos, por turma, tido para efeito do cálculo de lugares do quadro, que aliás corresponde a uma proposta do PSD/Açores, já lá vão 14 anos, e que nunca teve acolhimento, única e exclusivamente por ser do PSD”, lembra.

Outra questão apontada prende-se com “a revalorização remuneratória, que não é específica dos Açores, como a governação do PS tenta fazer crer. Muito pelo contrário, pois o Governo Regional demorou seis anos a aplicar uma regra que vigora desde Setembro de 2009 no resto do país. E com isso também falhou o compromisso de existir sempre paridade entre a carreira nacional e a regional”, disse Joaquim Machado.

“Ou seja, uma parte significativa dos docentes em funções dos Açores não terão uma vida útil profissional que lhes permita atingir o topo da carreira. Mas fica por saber quanto poupou o Governo Regional nos seis anos em que nunca aplicou o verdadeiro estatuto da carreira docente, tendo, certamente, sonegados alguns milhões de euros aos professores açorianos”, criticou.

Joaquim Machado lamentou ainda que o Governo Regional de tenha adiado, “para o ano lectivo de 2016/2017, a entrada em vigor deste novo estatuto em toda a sua plenitude, já que o documento esteve desde Julho na Vice-Presidência do Governo, antes de ser aprovado em Conselho do Governo”.

Número 634 • 19 DE NOVEMBRO DE 1986 • Preço 30\$00



Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

DESEMPREGO ESTÁ A BAIXAR

O Conselho de Ministros do passado dia 13 tomou conhecimento dos valores da taxa de desemprego verificados no terceiro trimestre deste ano, por comparação com os relativos ao segundo trimestre:

Foi a seguinte a evolução verificada:

- 1) — Taxa de desemprego no sentido lato: baixou de 10,3 % para 9,6 %.
- 2) — Taxa de desemprego no sentido restrito: baixou de 8,6 % para 7,9 %.

Como se sabe, o primeiro dos indicadores engloba os trabalhadores desempregados que não mostraram disponibilidades para trabalhar. É o segundo indicador o que é utilizado pelas estatísticas europeias.

Os valores referidos implicam que, durante o terceiro trimestre, encontraram trabalho mais de cerca de 110 000 pessoas em relação ao segundo trimestre.

O Governo não pode deixar de congratular-se com

esta evolução positiva dado que o combate ao desemprego é uma das suas prioridades.

Definiu o Governo no seu Programa, para a área da comunicação social, o princípio de que o sector público é hoje em dia claramente exagerado e que a intervenção do Estado deveria ser limitada à existência na posse pública de um canal de televisão, um de rádio, uma agência noticiosa e um jornal diário.

Ao fim de um ano de ac-

tividade constata-se que o Governo tomou já decisões ou promoveu iniciativas com vista à concretização dos objectivos definidos no seu Programa.

Hoje reunido, o Conselho de Ministros, aprovou mais um conjunto de decisões de vasto alcance para os vários domínios da comunicação social portuguesa.

Dando concretização e respeitando os princípios enunciados no seu Programa, o Governo determi-

nou a alienação do Parque Gráfico da Empresa Pública do Diário Popular, da quota que esta empresa detém no jornal «Record» e do património afecto ao Anuário Comercial, na EPNC.

Trata-se de alienações de bens não essenciais, ao objecto de cada uma das Empresas e cuja decisão é igualmente justificada pela necessidade de acabar com os elevados encargos para o erário público que resulta da exploração das duas

mencionadas Empresas Públicas.

Estas alienações serão feitas, mediante concurso e não acarretam qualquer perda de regalias para os respectivos trabalhadores, os quais poderão ter, nos termos da lei, preferência nas aquisições a efectuar.

Em matéria de rádio o Governo determinou que o Serviço de Onda Curta (Serviço Internacional) da RDP passe a dispôr de autonomia de decisão e pro-

(Continua na página 3)

Em Évora

PSD sobe APU desce

As eleições do passado dia 16 para as assembleias de freguesia da Sé e dos Canaviais, no Concelho de Évora, traduziram-se num sucesso eleitoral para o Partido Social Democrata e um desaire para o Partido Comunista.

De facto, apesar de se ter verificado uma abstenção de 66 por cento, o PSD subiu 8,7 por cento relativamente às eleições autárquicas de Dezembro de 1985, obtendo o seu melhor resultado de sempre — 33,4 por cento contra 49,4 por cento da APU e 15,4 por cento do PS.

Os comunistas baixaram 4,3 por cento em relação a Dezembro de 1985 e perderam a maioria absoluta na freguesia da Sé, o maior do Concelho, com 24480 eleitores.

Estes resultados constituem mais uma demonstração inequívoca da crescente adesão popular ao projecto social democrata liderado no PSD e no Governo pelo Prof. Cavaco Silva e confirma a vontade de mudança sentida pelos alentejanos que, cansados da demagógica «política da propaganda e do desperdício» prosseguida pelos comunistas quer na sua gestão autárquica quer na Assembleia da República, es-

tão convictos de constituir o PSD a única alternativa que lhes garante um futuro na senda do desenvolvimento regional e com maior justiça social para todos.

A secção de Évora do PSD realça que para tal convicção muito tem contribuído a acção do Governo do Prof. Cavaco Silva que, através da moralização da administração e do combate aos desperdícios dos dinheiros públicos, tem sabido encontrar disponibilidades para acudir às carências dos mais desfavorecidos, de que são exemplo os substanciais aumentos das pensões e de outros benefícios sociais já verificados em apenas um ano de governação.

O resultado obtido nestas freguesias constitui ainda um estímulo para que todos os sociais democratas eborenses prossigam na sua luta quotidiana pela democratização e pelo desenvolvimento do seu distrito como parte integrante do todo nacional a cujo interesse exclusivo servem.

Aqueles que, cada vez em maior número, em nós confiam o seu voto, corresponderão os nossos eleitos com trabalho e dedicação em prol das suas autarquias.

A SITUAÇÃO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

- **Inverter rapidamente a tendência de depressão**

por **SILVA PENEDA**

(pág. 4)

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante para reunir no próximo dia 20 Novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1- Análise da situação política nacional
- 2 - Análise da situação política concelhia
- 3 - Outros assuntos

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015 (Sábado), pelas 15h30, na União Recreativa Sarzedense, sito em Sarzedo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Legislativas – análise dos resultados eleitorais
- 3 - Outros assuntos

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n. 177 – 1.º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política e partidária;
- 2 - Outros assuntos.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Braga para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Dezembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Mercure - Braga, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apreçar e aprovar o orçamento para 2016 da secção
- 3 - Analisar a situação política local e nacional

COIMBRA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Novembro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na Casa da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, sito, Rua Pedro Monteiro, s/n,- Coimbra, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lagos, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 09h00, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 50, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa DA Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia

anterior ao acto eleitoral. A sede nesse dia está aberta das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 09h00 às 18h00

LISBOA / NÚCLEO OCIDENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental de Lisboa, para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2015, (terça-feira) pelas 21h00, na sede Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3-B, com a seguinte

Ordem de trabalho:

- 1 - Informações
- 2 - Analisar a situação política
- 3 - Outros Assuntos

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Lourinhã, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, nº 4 cave A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único – Eleição dos órgãos de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Marinha Grande, para reunir no dia 04 de Dezembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Avenida 1.º de Maio, n.º 72, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 11 de Novembro de 2015, (quarta-feira) pelas 21h00, no Salão da Junta de Freguesia do Bunheiro, com a seguinte

Ordem de trabalho:

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Outros assuntos de interesse

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na rua Combatentes do Ultramar, 20 B, - Odivelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 - Análise da situação política.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 09 de Novembro de 2015 (segunda-feira) pelas 21h00 no Salão do Quartel (novo) dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, sito na Rua Parque Desportivo 15 - Paço de Arcos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação, discussão e votação do orçamento para 2016;
- 3 - Análise da situação política.

OURIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ourique, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua Dr. António Afonso Nobre Semedo, nº 14, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único – Eleição dos órgãos de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 17h00

PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Pinhel, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Rua da República, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único – Eleição dos órgãos de Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2015, (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Infante D. Henrique, Loja 110, com a seguinte

Ordem de trabalho:

- 1 – Informações
- 2 – Analisar a situação política partidária – Alínea a) do nº 2 dos Estatutos Nacionais do PSD

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 11 de Novembro de 2015 (quarta- feira), pelas 21h00, na sede da secção, sita na Rua do M. F. A., nº 11, Amora, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política - partidária.
- 3 - Outros assuntos

SETÚBAL / DISTRITAL

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Setúbal do PSD, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (Sábado), entre as 16h00 e as 22h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais:

- a) Mesa da Assembleia Distrital;
- b) Comissão Permanente Distrital;
- c) Conselho de Jurisdição Distrital;
- d) Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
- e) Delegados à Assembleia Distrital.

Locais de votação e entrega de listas

Alcácer do Sal – Avenida Dr. Manuel Arriaga, nº 16 – 3º Esq., Setúbal

Alcochete – Rua do Paço, 8, Alcochete

Almada – Rua da Liberdade, 38, Almada

Barreiro – Rua de Trás-os-Montes, nº 4 - B, Vila Chã, Santo António da Charneca

Grândola – Rua Marechal Gomes da Costa, nº 33, Grândola

Moita – Rua José Conceição Nunes, nº 29, CC Loja 3 Zona F, Vale da Amoreira

Montijo – Praça da República, 12, Montijo

Palmela – Avenida Dr. Manuel Arriaga, nº 16 – 3º Esq., Setúbal

Santiago do Cacém – Largo Almeida Garrett, 1, Santiago do Cacém

Seixal – Rua do MFA, 11, Amora

Sesimbra – Rua da República, 20 – 1º Esq., Sesimbra

Setúbal – Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., Setúbal

Sines – Rua de Ferreira, 10, Sines

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00

do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Para efeitos de recepção de candidaturas a Sede Distrital encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 15h00 às 17h00 e no dia 2 de Dezembro de 2015 até às 24h00.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estarão abertas em todas as secções das 16h00 às 22h00.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 9 - 1º Dto., com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela, para reunir no próximo dia 13 de Novembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório Municipal, sito na Rua Comendador Alberto Cardoso de Matos, com a seguinte

Ordem de trabalho:

- 1 – Informações
- 2 – Análise e discussão da situação política
- 3 – Outros Assuntos

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL ALTERAÇÃO DE DATA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Novembro de 2015, (sábado), pelas 16h00, em Monção no salão dos Bombeiros Voluntários de Monção, sito na Quinta da Caldeira, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política distrital e nacional
- 2 – Informação: Agendamento das eleições próximas para os órgãos distritais de Viana do Castelo

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vizela, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2015 (sábado), pelas 21h15, na sede sita na Rua Fonseca e Castro, nº 130-B, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política nacional
- 2 - Análise da situação política local
- 3 - Outros assuntos



ALMADA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Almada para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 6 de Dezembro de 2015 (Domingo), pelas 17:00, na sede Concelhia do PSD de Almada, sita na Rua da Liberdade, N.º 38-A, Almada, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário da JSD Almada.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Almada, sita na Rua da Liberdade, n.º 38-A - Almada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 17:00 e as 19:00 horas.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Carregal do Sal, para reunir pelas 15 horas do dia 05 de Dezembro de 2015 na sede do PSD de Carregal do Sal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Carregal do Sal.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da JSD Regional Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Viseu, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 13 de novembro de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD Distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política.

A SEGUINTE CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos da JSD – Juventude Social Democrata, convoco os militantes da JSD de Ponte de Lima, para reunirem em Plenário Eleitoral, na sede concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 27 de novembro de 2015 das 20h às 23 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Ponte de Lima e da Mesa do Plenário da JSD de Ponte de Lima.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Ponte de Lima.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Sernancelhe, para reunir pelas 17 horas do dia 05 de Dezembro de 2015 na

sede do PSD de Sernancelhe, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Sernancelhe.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da JSD Regional Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Viseu, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

RECTIFICAÇÃO

CONGRESSO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, do regulamento eleitoral da JSD e do regulamento do III Congresso Distrital da JSD Santarém, aprovado no Conselho Distrital a 16 de outubro de 2015 e publicado no Povo Livre a 21 de outubro, dá-se cumprimento ao estabelecido e convocam-se o plenário concelhios de militantes de Vila Nova da Barquinha para eleição dos delegados ao III Congresso Distrital da JSD Santarém para o dia 28 de novembro de 2015, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos delegados concelhios ao III Congresso Distrital da JSD Santarém.

Vila Nova da Barquinha:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Sede do PSD Distrital de Santarém, Calçada de Mem Ramires, N.º: 10, 1º, 2001-901 Santarém.

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 20h30m

Encerramento das urnas: 22h30m

Local: Travessa da Guiné, 6C, 2260-444 Vila Nova da Barquinha.

Notas:

As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, nas moradas anteriormente indicadas, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (25 novembro), respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, de acordo com os horários indicados.

RECTIFICAÇÃO

MESA DO CONSELHO DISTRITAL SANTARÉM VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Vila Nova da Barquinha da JSD, para o dia 28 de novembro de 2015, pelas 17h30m, em ato a realizar na Travessa da Guiné, 6C, 2260-444 Vila Nova da Barquinha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Vila Nova da Barquinha.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD Distrital de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, nº10, 1º andar, em Santarém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 17h30m e as 19h30m.